

## APRESENTAÇÃO

[...] *O vento que venta aqui  
É o mesmo que venta lá  
E volta pro mandingueiro  
A mandinga de quem mandingar [...]*

Com origem perdida nos confins do tempo e do continente africano, o termo *mandinga* designa um dos maiores grupos étnicos da África Ocidental, assim como também é a língua falada por esse povo. Na capoeira, é a habilidade de enganar, de surpreender o adversário. No Brasil, pelo menos, é também uma outra forma de falar feitiço, sortilégio, enguiço, macumba, magia. É o mesmo nome para coisas diferentes, ainda que mais ou menos próximas – ou mais ou menos distantes. Nome este que permitiu a formação de outras palavras, com diferentes funções morfossintáticas, como bem demonstra o trecho da canção de Baden Powell e Paulo César Pinheiro, na epígrafe desta apresentação.

O empréstimo, o deslizamento semântico e a criação lexical são fenômenos correntes nas línguas naturais que atestam sua dinamicidade e sua inerente capacidade de adaptação aos eventos comunicativos, às constantes necessidades dos usuários da língua. A escolha do termo para nomear este periódico não se deu de maneira acidental – ele sugere as variadas possibilidades de se observarem os fenômenos de linguagem: a história, as relações internas, os aspectos exteriores que lhe influenciam e que por eles são influenciados.

Foi pensando nas diferentes perspectivas sob as quais se pode refletir a respeito das questões da linguagem que foi concebida a **Mandinga – Revista de Estudos Linguísticos**, periódico que tem por compromisso divulgar pesquisas na área da linguística, focalizando também contribuições que abordem políticas linguísticas para promoção e internacionalização da língua portuguesa, bem como políticas linguísticas que busquem refletir acerca da situação de línguas minoritárias.

Para este primeiro, número contamos com a colaboração de onze pesquisadores de nacionalidades diversas: do Brasil, da Guiné-Bissau, de Moçambique e de Portugal, totalizando sete trabalhos, sendo eles cinco artigos de pesquisa, um relato de experiência e uma resenha.

O primeiro artigo a compor esta edição traz uma abordagem histórico-discursiva em suas análises. Intitulado “*Quando religião e estudos de línguas se encontram: o advérbio ONDE em textos de temática religiosa*”, é de autoria de Adriana dos Santos Souza Crevelin, da Faculdade Metropolitana de Maringá, no Paraná. Na pesquisa, é analisado o advérbio *onde* em textos medievais escritos em língua portuguesa, a saber, *Virgeu de Consolaçon* e *Boosco Deleitoso*. A autora constata que as marcas discursivas inerentes à temática religiosa influenciam o uso de *onde* como locativo com função de retomada, fazendo-nos refletir sobre a importância de se considerar o tipo de texto sob análise, para além do emprego sintático/semântico dos itens gramaticais.

Também sob um viés histórico, o segundo artigo a compor esta edição é de autoria de Luís Paulo Fernandes Reis, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Intitulado “*Riodonorês e guadramilês: um estudo histórico e sociolinguístico*”, o artigo analisa duas línguas com raízes asturo-leonesas faladas em território português, abordando as razões históricas para existência desses dialetos leoneses em Portugal e

contestando a afirmação de que tais línguas se encontravam extintas. De acordo com o autor, a realidade linguística nas aldeias de Riodonor e de Guadramil corresponde a uma situação de diglossia, sendo que as distintas línguas em contato (português, espanhol, riodonorês e guadramilês) são utilizadas em diferentes contextos: as línguas com maior prestígio (o português e o espanhol) são empregadas em situações mais formais, ao passo que as línguas em estudo são utilizadas em contextos mais informais e/ou privados. O estudo também ressalta a importância destas línguas para a identidade linguística e cultural de seus falantes.

A inter-relação língua e cultura é o eixo central do terceiro artigo, “*Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental da Guiné-Bissau 43 anos após a independência*”. Nesta pesquisa, os autores Dabana Namone, da UNESP de Araraquara, e Alexandre António Timbane, professor visitante na Universidade Federal de Goiás (UFG), apresentam os problemas causados pela decisão de oficializar somente a língua portuguesa em Guiné-Bissau, em detrimento de uma série de línguas étnicas e do próprio crioulo guineense, este amplamente falado e conhecido pela população. Em decorrência de a língua portuguesa ser falada por somente cerca de 11% da população guineense, os autores afirmam que a sua imposição no ensino fundamental contribuiu para o fracasso escolar no país, visto que a aprendizagem não se inicia na língua materna do estudante. Nesse contexto, a oficialização do crioulo é medida defendida pelos autores, visto que é língua falada pela maioria da população (cerca de 45%), sendo de fato a língua de integração nacional, pois facilita a comunicação dos diversos grupos étnicos que compõem o país. A oficialização do crioulo não só tornaria a educação mais inclusiva, como também permitiria a adoção de outras políticas linguísticas, como a própria descrição do crioulo guineense a fim de se convencionar uma ortografia, pois ainda é uma língua ágrafa. O estudo evidencia também que a valorização do crioulo e das demais línguas étnicas é uma política linguística necessária para uma efetiva consolidação da democracia em Guiné-Bissau.

A questão do ensino de língua é tratada no quarto artigo, “*Tempo verbal nos livros didáticos: por análise reflexiva à luz dos princípios enunciativos da teoria das operações enunciativas de A. Culioli*”, de Deislandia Sousa Silva e Andressa Maria Abreu Pereira, ambas estudantes de pós-graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). As autoras avaliaram, em materiais didáticos, a abordagem que é dada ao tempo verbal. Constatou-se que, a despeito das concepções interacionistas de linguagem que regem as diretrizes nacionais, o tratamento do estudo dos tempos verbais nos livros didáticos analisados é ainda pautado numa concepção estática da língua, em que se prioriza a identificação de formas. As autoras questionam tal perspectiva, defendendo que ela é insuficiente para estabelecer as relações temporais dos enunciados, o que interfere no próprio processo de significação. Por fim, aplicam-se os exercícios analisados à teoria das operações enunciativas de Culioli a fim de se demonstrar como esta abordagem proporciona reflexão acerca do funcionamento da língua.

Ainda na perspectiva do ensino, porém em âmbito de pós-graduação, temos o artigo de Vicentina Maria Ramires, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). “*Análise de elementos retórico-discursivos em resenhas acadêmicas*” identifica, sob perspectiva da Sociorretórica de Swales (1990), as regularidades organizacionais e constitutivas do gênero resenha produzidas por estudantes de mestrado do curso de História da UFRPE. A autora verifica que, mesmo em se tratando de um contexto mais formal de uso, há necessidade de mais atenção quanto à produção desse gênero, visto que a estrutura composicional por si só não é suficiente para garantir que se alcancem os propósitos comunicativos do gênero. Como, muitas vezes, os critérios para avaliação de resenhas não são bem explicitados, os textos produzidos podem acabar por

descaracterizar o gênero em seus aspectos mínimos e essenciais. Ainda se comenta acerca da necessidade de se abordar uma metodologia de ensino, nos programas de pós-graduação, que proporcione práticas de leitura que permitam o reconhecimento de aspectos retórico-discursivos dos gêneros em estudo, a fim de que os alunos sejam capazes de produzir textos sob gêneros diversos. A própria produção docente do gênero resenha, tão solicitado como forma de avaliação na pós-graduação, apresenta reduzida expressividade, logo é pouco difundida no meio acadêmico, advoga a autora.

O próximo trabalho é um relato de experiência intitulado “*Ensino do português brasileiro para imigrantes haitianos: um estudo de caso*”, de Laura Soares, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Caroline Trevisan, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), e Angela Flain, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Expõe-se no texto que o crescimento da imigração haitiana para o Brasil demanda a reflexão sobre o ensino de língua portuguesa para esse público. Foi, nesse sentido, idealizada na UFFS, *campus* de Chapecó-SC, atividade de extensão voltada para ensino de português como língua estrangeira, com foco em imigrantes haitianos. O relato descreve pormenorizadamente o contexto de criação do curso, as principais dificuldades enfrentadas e os constantes refinamentos teórico-metodológicos por que passou a atividade de extensão. Para além de um relato voltado a um perfil específico de estrangeiros, o trabalho suscita interessantes questionamentos, como a importância de se adequar o ensino de língua portuguesa às especificidades de cada público, a necessidade de se abordar o ensino de língua estrangeira mediante enfoque comunicativo-intercultural e a urgência em se desenvolver materiais e métodos voltados ao ensino da variante brasileira do português, visando os estrangeiros que imigram para cá.

O último texto desta edição, de autoria de Katiane de Carvalho Coêlho, da Universidade Federal Fluminense (UFF), é a resenha do livro *Leis e línguas no Brasil: o processo de cooficialização e suas potencialidades*, organizado por Rosângela Morello, o qual discute uma série de experiências e avanços no campo do Direito Linguístico, mais especificamente relacionadas a processos de cooficialização de idiomas falados por determinadas comunidades (como grupos indígenas, descendentes de imigrantes, etc.) em diversos municípios brasileiros, contribuindo para o conhecimento da realidade linguística no Brasil.

Por fim, agradecemos as contribuições de nossos colaboradores e desejamos que suas investigações, aqui apresentadas, engendrem outros debates, colaborando para a consolidação dos estudos linguísticos no Brasil e na CPLP. Também não podemos nos furtar de agradecer aos professores que tão prontamente se disponibilizaram a avaliar, séria e diligentemente, os artigos submetidos. A divulgação científica estaria comprometida em qualidade não fosse mais essa atribuição assumida pelos profissionais da educação superior.

Kennedy Cabral Nobre (Unilab)  
Otávia Marques de Farias (Unilab)